



Município de
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

F. J. ciach
Ant

Ata nº. 04/2020

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE RESENDE, REALIZADA EM
28.12.2020**

LOCAL: Auditório Municipal da Vila de Resende.....

CONSTITUIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA:

PRESIDENTE: Jorge Cardoso Machado (PS);

1º SECRETÁRIO: António Silvano de Moura (PS);

2º SECRETÁRIO: Ana Maria da Conceição Sequeira Magalhães (PS).....

SECRETARIADO: Assistente Técnico da Divisão Administrativa e de Expediente Geral, Paulo Jorge Vieira Correia.....

HORA DE ABERTURA:

Eram 15h00 quando o senhor Presidente da Mesa deu início à sessão.....

PRESENCAS POR PARTE DA CÂMARA MUNICIPAL:

PRESIDENTE: Manuel Joaquim Garcez Trindade (PS);

VEREADORES:.....

Sandra Manuela Rodrigues Pinto (PS);

Joaquim Rodrigo de Matos Ferreira Pinto Pereira (PPD/PSD);

Maria José Rodrigues Dias (PS);

Maria Dulce Pereira (PPD/PSD);.....

Amadeu de Vasconcelos (PS);

FALTAS E SUBSTITUIÇÕES:

Verificaram-se as seguintes faltas e substituições:.....

O Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho de Mouros (PS), foi substituído pela tesoureira Ana Patrícia Almeida Rodrigues.....

O Presidente da Junta de Freguesia de Cárquere (PPD/PSD), foi substituído pelo secretário Maria Helena Vasconcelos Pinto Fontão.....

O membro Elsa Isabel Ferreira Rodrigues (PPD/PSD), ausente por período inferior a 30 dias, conforme justificação apresentada, foi substituído pelo membro Maria Olinda Vieira Loureiro (PPD/PSD).....



Fernando C

O membro Marco Sérgio da Fonseca Cardoso (PPD/PSD), ausente por período inferior a 30 dias, conforme justificação apresentada, foi substituído pelo membro Rui Daniel Pereira Assembleia (PPD/PSD).-----

DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR; -----

O senhor Presidente da Mesa solicitou a concordância do Plenário para a dispensa da leitura da ata da sessão ordinária realizada em 30 de setembro de 2020, uma vez que a mesma foi distribuída a todos os membros com antecedência, a qual foi concedida -----

Seguidamente foi a referidas ata colocada à discussão e sujeita a votação, tendo sido **aprovada por maioria (abstenção dos membros Ana Patrícia Almeida Rodrigues - Tesoureira da Junta de Freguesia de São Martinho de Mouros (PS), Maria Helena Vasconcelos Pinto Fontão - Secretária da Junta de Freguesia de Cárquere (PPD/PSD) e Maria Laura Duarte Rabaça Rodrigues Carvalho - Secretária da Junta de Freguesia de São João de Fontoura (PPD/PSD).----**

A. PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”; -----

Não se verificaram quaisquer intervenções:-----

B. PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”: -----

B.1. DISCUSSÃO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO; -----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Paulo Jorge Correia Pinto Águas (PPD/PSD) – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“Senhor Presidente, estamos a terminar mais um ano civil, um ano atípico e difícil que colocou à prova a resiliência das nossas gentes, empresas, profissionais da Proteção Civil, profissionais de saúde e todos realçamos e aplaudimos o esforço. A bancada do PPD/PSD também reconhece o esforço da Autarquia em tentar mitigar os danos causados pela pandemia e reconhecemos que entre outras coisas a oferta da ambulância de socorro aos Bombeiros Voluntários, a participação para a aquisição de um ecógrafo para a Santa Casa de Misericórdia, os apoios às IPSS's do concelho, bem como a iniciativa “Compre no Comércio Local”, de alguma forma contribuíram para minimizar os efeitos da pandemia e queremos aqui deixar um reconhecimento pelo seu esforço. Em termos gerais de interesse autárquico, fomos informados que na freguesia de Barrô, entre a Ribeira de São Gonçalo e a entrada do Cais do Bernardo, verifica-se que os veículos circulam com uma velocidade muito elevada e que alguns idosos já tiveram que se desviar para a valeta e caíram, pelo que a questão era saber se há alguma possibilidade da autarquia instalar lombas naquele local.”-----

B.2. VOTOS, RECOMENDAÇÕES E MOÇÕES E RESPECTIVA VOTAÇÃO;-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

VOTO DE PESAR;-----



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'F. Pacheco'.

Foi apresentado e aprovado por unanimidade um voto de pesar, conjuntamente por todas as bancadas, pelo falecimento da senhora Maria Adelaide, mãe do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Paus, Manuel Pinto de Almeida Chaves, Célia Adelaide Pereira Dias Sequeira, filha do ex-Presidente da Junta de Freguesia de Resende, Arlindo Pinto Sequeira e Maria Cristina Martins da Silva, esposa do antigo funcionário municipal, António José Pereira. As bancadas do PS, PPD/PSD e CDS-PP apresentam-lhes as mais sentidas condolências, assim como a toda a família enlutada.-----

C. PERÍODO DE "ORDEM DO DIA": -----

O senhor Presidente da Mesa procedeu à leitura da "Ordem do Dia" constante da convocatória para a presente sessão:-----

1. ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO; -----
2. INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL;-----
3. DERRAMA – PROPOSTA;-----
4. PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS – PROPOSTA;-----
5. FIXAÇÃO DE TAXAS DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – PROPOSTA;-----
6. ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL E DESIGNAÇÃO DO JÚRI DE RECRUTAMENTO DE CARGO DIRIGENTE (DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E EDUCAÇÃO);
7. LEI Nº50/2018, DE 16 DE AGOSTO – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA PARA OS MUNICÍPIOS – DOMÍNIOS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE;-----
8. DOCUMENTOS PREVISIONAIS – ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO 2021;-----
9. APROVAÇÃO DAS NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - PONTO 5 DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS;-----
10. APROVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – PONTO 6 DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS;-----
11. APROVAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA – PONTO 7 DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS;-----
12. APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2021 – PONTO 8 DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS;-----
13. ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL E DESIGNAÇÃO DO JÚRI DE RECRUTAMENTO DE CARGO DIRIGENTE (DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA);-----

Seguidamente deu-se início à discussão e votação de cada um dos assuntos incluídos neste período:-----

C.1. ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO; -----

Não houve.-----



7/2023
CA

C.2. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, A QUE SE REFERE A ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; -----

Foi presente a informação referida em epígrafe, que, nos termos da lei, foi enviada a todos os membros da Assembleia com a devida antecedência.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções;-----

Paulo Jorge Correia Pinto Águas (PPD/PSD) – Disse que se tratava de um documento estratégico e que retrata a atividade política do Executivo, lembrando que já anteriormente havia dito que tal documento deveria conter mais informação, uma vez que na discussão de certos assuntos estes não deveriam ser discutidos só naquilo que se fez, mas fazer também ele referência aos objetivos. Disse que o documento em apreço faz referência ao E-Balcão e que a sua bancada gostaria de saber qual o "feedback" desse recurso, uma vez que caminhamos cada vez mais para a era digital e qual adesão dos munícipes ao mesmo. Referiu constatar também a referência ao alargamento e construção de muros de suporte na estrada da Igreja, dizendo ser uma obra de proximidade que reconhecem ser útil, relembrando que também esta obra fez parte das propostas do PPD/PSD desde o ano de 2013. Por último disse que tratando-se da última Assembleia Municipal e num ano atípico, a sua bancada entende que deveria haver uma informação relativa à pandemia, ou seja, um relatório informativo e específico dos custos, ou não, da pandemia, solicitando ao senhor Presidente providenciar no sentido de ser realizado esse relatório para ser apresentado aos membros da Assembleia Municipal.-----

Presidente da Câmara – Manifestou agrado pelo reconhecimento do esforço desenvolvido pelo Executivo durante um ano com a pandemia. Disse que a estratégia tida foi de algum modo a de ir acompanhando as diversas situações que iam aparecendo e reagindo consoante as necessidades que foram surgindo. Referiu que foi o desenvolver de um trabalho diferente e que é executado na parte interna da Câmara Municipal, uma vez que esta é a Instituição de maior âmbito técnico do concelho, como por exemplo a nível de proteção civil, social, administrativo e logístico, com uma série de ações que se vão diversificando no decorrer do tempo e que vão sendo necessário implementar devido à pandemia. Disse que o Município foi de certa forma contido na transmissão de informação por forma a não criar alarmismos desnecessários e de acordo com as informações das autoridades de saúde local e que foi acompanhando as necessidades e dando ajuda a quem dela necessitou, referindo que apesar de todo o estado pandêmico e com as ações desenvolvidas, o concelho de Resende "não se tem saído mal", com exceção do início de todo este estado em que fomos apanhados de surpresa mas que terminado o surto que aconteceu na Santa Casa da Misericórdia de Resende não se verificaram mais surtos cujos valores não fossem aceitáveis atendendo ao ano com uma pandemia, referindo haver agora uma maior esperança para todos com o início da vacinação. Disse que a atuação do Executivo teve lugar em múltiplas frentes, sociais e educativas e que a



F. Machado
cut

situação no concelho está mais ou menos controlada e que seria de todos a obrigação de transmitir todas as orientações das mais diversas entidades que combatem esta pandemia, referindo que no que diz respeito à vacinação e às prioridades estabelecidas para a sua toma, não dependem de modo algum da Autarquia, não sendo esta a estabelecer tais prioridades. Referiu que não seria só no documento que se poderia constatar a atividade do Município mas também no terreno, quer a nível educacional e social. Relativamente ao E-Balcão deu nota que este ainda seria uma plataforma “jovem” e que necessitava de ser “tratado” sendo que para isso o Executivo criou a Divisão de Informática e Comunicação que se encontra a ser dirigida por um técnico de informática, dando de forma sucinta o número de processos existente no mesmo, bem como o procedimento adotado, mas que todavia ainda não poderia dar o “feedback” pretendido, uma vez que o mesmo se encontrava a funcionar há bastante pouco tempo. Deu nota da sua desilusão pelo facto da pandemia não ter permitido o início algumas das empreitadas e iniciativas pretendidas pelo Executivo e que não foram conseguidas pelo atual estado pandémico, sendo que todavia o concelho continuaria ativo. Prestou esclarecimentos, de forma sucinta, sobre os procedimentos adotados e respetivo ponto de situação relativamente à requalificação do balneário das Termas das Caldas de Aregos e zona envolvente, à candidatura referente à eficiência energética, à candidatura relativa ao turismo, à empreitada da zona da Portela e variante da Vila de Resende, à estrada do Carril em São Cipriano, à empreitada do CRO, dando nota do início da sua construção, entre outras diversas obras de proximidade nas diversas freguesias, bem como da candidatura, conjunta com a APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Viseu, ao programa PARES tendo em vista a ampliação e requalificação parcial do Seminário Menor de Resende em Centro de Atividades Ocupacionais e Lar Residencial, terminado dando conta que o Município tem vindo a proceder a algumas correções no traçado de ligação da Vila de Resende a Bigorne, através do alargamento de algumas curvas e alargamento em algumas zonas e manifestando esperança para que no ano de 2021 haja mais obras do que pandemia.-----

Foi tomado conhecimento.-----

C.3. DERRAMA – PROPOSTA;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, remetida pelo Executivo Municipal, uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, propondo para o ano de 2021 a derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e isentar de derrama os sujeitos passivos com o volume de negócios do ano anterior que não ultrapasse os 150.000,00€.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Paulo Jorge Correia Pinto Águas (PPD/PSD) – Relembrou aos membros da Assembleia Municipal de que no decorrer do mês de Maio, a bancada do PPD/PSD, apresentou um conjunto de propostas no sentido de minimizar os efeitos na pandemia nas mais diversas áreas, sendo que uma



F. Machado

delas seria a de isentar a derrama a sujeitos passivos cujo negocio do ano anterior não ultrapassasse os 300.000,00€. Disse que até à data não se verificava tanta publicidade à pujança financeira do Município que ganhou novas capacidades e possibilidades de endividamento e que continuavam a defender o valor anteriormente apresentado na proposta do PPD/PSD por entenderem que seria possível de alcançar, manifestando, por essa razão, a intenção de voto contra.-----

Presidente da Câmara – Referiu que o presente assunto já havia sido sobejamente discutido pelo que não teria mais nada a acrescentar.-----

Joaquim Alves – Manifestou a intenção de voto favorável por parte do bancada do PS, referindo que de acordo com o proferido pelo senhor Presidente da Câmara em sessões anteriores relativamente ao facto do Município adquirir capacidade financeira iria de certa forma "aliviar" no pagamento de impostos por parte dos munícipes, que de acordo com a proposta apresentada, o Município, iria deixar de receber cerca de 300.000,00€, relembrando o atual equilíbrio financeiro do Município permitindo-lhe isentar no IRS, baixar no IMI e manter esta isenção proposta. Disse que relativamente ao proposto no IRS, Resende, seria o único Município da CIM – Tâmega e Sousa, que dá tal isenção apenas permitida pela capacidade financeira adquirida e que seria de todo impensável há pouco tempo atrás, congratulando o Executivo pelas iniciativas.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por maioria (voto contra das bancadas do PPD/PSD e do CDS-PP), aprovar.-----

C.4. PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS – PROPOSTA;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, remetida pelo Executivo Municipal, uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, propondo que a percentagem de IRS a receber em 2021 pretendida pelo Município seja fixada nos 0% (5% como dedução à coleta do IRS a favor dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho).-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

C.5. FIXAÇÃO DE TAXAS DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – PROPOSTA;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, remetida pelo Executivo Municipal, uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, propondo que seja aprovada a fixação das seguintes taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2021: Prédios urbanos – 0,4%, nos termos do estipulado pelo artigo 112º, nº1, alínea c) do CIMI, bem como que seja aprovada, nos casos de imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, fixar uma redução da taxa, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do previsto no artigo 13º do Código do IRS compõem o agregado familiar do proprietário a 31 de dezembro, de acordo com a tabela prevista no nº13 do artigo 112º do CIMI: 1 dependente a cargo,



F. Pacheco

dedução fixa em 20€; - 2 dependentes a cargo, dedução fixa em 40€; 3 ou mais dependentes a cargo, dedução fixa em 70€-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por maioria (voto contra das bancadas do PPD/PSD e do CDS-PP), aprovar.-----

C.6. ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL E DESIGNAÇÃO DO JÚRI DE RECRUTAMENTO DE CARGO DIRIGENTE (DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E EDUCAÇÃO);

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, remetida pelo Executivo Municipal, a abertura e designação de júri de recrutamento de cargo de dirigente (Divisão de Recursos Humanos e Educação), bem como a revogação das deliberações da Câmara Municipal de 11.09.2020 e da Assembleia Municipal de 30.09.2020.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por maioria (abstenção das bancadas do PPD/PSD e do CDS-PP), aprovar.-----

C.7. LEI Nº50/2018, DE 16 DE AGOSTO – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS – DOMÍNIOS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a não aceitação pelo município, para o ano 2021, da transferência das competências previstas nos diplomas setoriais D.L. nº21/2019, de 30 de janeiro (domínio da educação) e D.L. Nº 23/2019, de 30 de janeiro (domínio da saúde).-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Paulo Jorge Correia Pinto Águas (PPD/PSD) – Referiu que apesar de se tratar de matéria da competência do Município iram votar favoravelmente a proposta de não aceitação da transferência das competências no domínio da educação e domínio da saúde.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por maioria (abstenção da bancada do CDS-PP), aprovar.-----

C.8. DOCUMENTOS PREVISIONAIS – ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO 2021;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, remetida pelo Executivo Municipal, a proposta de Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano 2021.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Joaquim Alves (PS) – Disse tratar-se de um documento bastante esclarecedor, congratulando os técnicos e o Executivo pela elaboração do mesmo. Referiu ser um orçamento bastante equilibrado e



Handwritten signature in blue ink.

ambicioso, aguardando que o atual Executivo consiga levar a bom porto todas as intenções nele plasmadas, manifestando o voto favorável da bancada do PS.-----

Paulo Jorge Correia Pinto Águas (PPD/PSD) – Disse tratar-se de um documento que demonstra as intenções e apostas do atual Executivo, constatando-se que as obras e intenções, ano após ano, são as mesmas e que os investimentos que poderiam desenvolver o concelho não se concretizam. Disse que após análise ao documento verifica-se mais uma vez que ao nível do desenvolvimento turístico se aposta novamente em Caldas de Aregos e que tal "epopeia" começou há já mais de vinte anos e na altura da governação do Partido Socialista e que decorrido já todo este tempo ainda se encontra dependente de decisões, pelo que terá de se continuar a aguardar para ver. Disse que relativamente aos investimentos de proximidade aposta no arranjo da envolvente de Caldas de Aregos, na variante da Vila de Resende e outras empreitadas já enunciadas pelo senhor Presidente. Parecem realmente bastante pouco tendo em conta que não é passível de ser analisado como desenvolvimento sustentável em termos empresariais. Disse haver um assunto cuja atenção mereceu algum cuidado e que se trata do pedido de apoio financeiro para a ampliação e requalificação parcial do Seminário Menor de Resende em Centro de Atividades Ocupacionais e Lar Residencial – candidatura ao programa de alargamento da rede de equipamentos sociais 3ª geração por parte da APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Viseu e que o Executivo pretende agora concluir este processo com a comparticipação no valor de cerca 750.000,00€ o equivalente a 100% do que compete à entidade investir, referindo que a bancada do PPD/PSD deduz que tal apoio seja para a criação de emprego e fixação de recursos humanos na região, pois só assim se justificará tal investimento, uma vez que uma comparticipação em 100% nunca antes tinha sido verificada, lembrando todavia, existir no concelho instituições implantadas que trabalham estas áreas, possuem estruturas já edificadas que permitem acudir a estas necessidades e que também necessitam de se modernizar e acompanhar as necessidades técnicas dos serviços de apoio que estas pessoas carecem. Ainda em relação ao apoio atrás referido, disse que sem colocar em questão a criação de riqueza e emprego, gostaria de questionar o senhor Presidente se se compromete a dar o mesmo tratamento a eventuais projetos que venham a ser apresentados pela Santa Casa da Misericórdia de Resende e pela Casa do Povo de Resende em iguais projetos (PARES) e se se compromete a financiar de igual modo, ou seja, em 100%. Por último disse que no documento em apreço constata-se a existência de um quadro de "aquisição de bens de capital" no valor de 6.625.750,00€ que por outras palavras se poderá dizer que são "empréstimos". Terminou referindo que o documento demonstra a estratégia e objetivos do atual Executivo, de continuidade e com os mesmos fundamentos e pressupostos que guiam Resende há vinte anos e infelizmente a única certeza é que estes investimentos durante estes anos consecutivos conduziram Resende ao último lugar no Índice de Poder de Compra dos Municípios, sendo tal situação um facto, manifestando a intenção de voto contra.-----



F. J. Machado
C. J.

Presidente da Câmara – Disse abster-se de comentar o facto de Resende se encontrar no “último lugar no índice de poder de compra dos Municípios”, apenas lembrando que para tal índice contribui a entrega da última declaração de IRS. Relativamente ao assunto “investimentos” disse não ter conhecimento de qualquer tipo de proposta por parte da bancada do PPD/PSD e que relativamente ao compromisso que a bancada do PPD/PSD quer que seja assumido, pagamento de 100% de participação, questionou onde se encontram os projetos, referindo não ter conhecimento de qualquer tipo de pedido nesse sentido, mas que a Câmara encontra-se disponível para ajudar toda a gente, havendo pedido e projetos concretos, esclarecendo de forma sucinta a real funcionalidade e objetivos do Centro de Atividades Ocupacionais e Lar Residencial do Seminário Menor de Resende, alertando para o facto dos portadores de deficiência do concelho, dentro de alguns anos, não terem a retaguarda e apoio familiar. Disse que para investir, infelizmente, o Município terá de se endividar pois não tem outro meio. Disse que a participação de 750.000,00€ é referente a participação nacional, aquilo que cabe ao promotor, mas que o Município aceitou assumir essa responsabilidade com a expectativa e garantia da criação de postos de trabalho e fixação de pessoas no concelho mas e acima de tudo, por possuir capacidade para o fazer, sendo que se tratava de um investimento da Câmara Municipal. Disse, mais uma vez, que a haver entrega de projetos por parte da IPSS’s, validados pelas respetivas entidades oficiais, o Município estará disponível para ajudar, dando nota da ajuda já prestada na requalificação dos centros Comunitários de Felgueiras e São Romão e de igual modo procedido na ajuda, sempre que solicitada e dentro das possibilidades da Câmara, quer pela Santa Casa da Misericórdia de Resende quer pela Irmandade São Francisco Xavier, dizendo que compreenderia as críticas se estas fossem acompanhadas de sugestões ou soluções para investimentos. Deu nota do ponto de situação dos projetos para a requalificação e reabilitação de Caldas de Aregos e outros projetos, referindo que é sua intenção investir cada vez mais e dentro das possibilidades para criar emprego e desenvolvimento, sendo que o grande obstáculo de Resende continuariam a ser as acessibilidade, manifestando esperança na execução da empreitada de ligação rodoviária de Resende a Baião que no seu entendimento será o “arranque” para o desenvolvimento. Relativamente ao documento em apreço apelidou o mesmo de ambicioso, sendo o segundo maior orçamento do Município de Resende e que apesar de toda a questão política aguardava que o mesmo tivesse aprovação dos membros da Assembleia Municipal.-----

Paulo Jorge Correia Pinto Águas (PPD/PSD) – Pediu o uso da palavra para referir que a sua bancada em momento algum se manifestou contra o investimento da ampliação e requalificação parcial do Seminário Menor de Resende em Centro de Atividades Ocupacionais e Lar Residencial mas sim ressaltar que os apoios para a área em questão sejam direcionados para as IPSS’s do concelho e com igual tratamento.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por maioria (voto contra das bancadas do PPD/PSD, do CDS-PP e do Presidente da Junta de Freguesia de Paus (PS), aprovar.-----



Manuel
CA

Declaração de Voto de Manuel Pinto de Almeida Chaves (Presidente da Junta de Freguesia de Paus):-----

"Enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Paus e membro, por inerência, da Assembleia Municipal de Resende, declaro que voto contra a proposta de orçamento para o ano financeiro de 2021 por considerar inaceitável que o Município de Resende, participe com uma verba de 733.366,54€ uma Associação, APPACDM, que não pertence ao concelho de Resende, quando existem IPSS's do concelho com capacidade e experiência na área da deficiência e até mesmo quando o Município de Resende está em dívida com IPSS's do concelho, quando existem carências de saneamento básico e abastecimento de água ao domicílio graves para onde essa verba podia ser canalizada e que foi aliás uma promessa e um compromisso do senhor Presidente da Câmara aquando das eleições autárquicas de 2017. Considero esta posição do Executivo Camarário uma afronta aos resendeses e até mesmo uma deslealdade com as quais não quero ficar vincado. É ainda inaceitável que o Executivo Camarário discrimine os autarcas de freguesia que também foram eleitos, só porque estes discordam da maneira como está a ser gerida a Câmara Municipal. Que durante as campanhas eleitorais se façam promessas e se criem expectativas nas pessoas que depois, por interesse pessoais ou outros, não se cumpram. Como Presidente da Junta de Freguesia de Paus, cabe-me defender os interesse das pessoas que me elegeram e que também contribuíram para eleger este Executivo Camarário. Em 27 de setembro de 2017 foi publicado na página de candidatura do senhor Presidente, e passo a citar, que o projeto do Partido Socialista para Resende previa a implementação de elementos estruturantes em cada uma das freguesias do concelho de modo a elevar as potencialidades de cada freguesia e o concelho na sua globalidade. O "chamado" plano estratégico para o concelho de Resende não passou de um conjunto de intenções, gorando as expectativas dos cidadãos que eu represento, Paus, e até do próprio concelho de Resende."-----

C.9. APROVAÇÃO DAS NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - PONTO 5 DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, remetidas pelo Executivo Municipal, a proposta das Normas de Execução Orçamental - ponto 5 dos documentos previsionais.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por maioria (voto contra das bancadas do PPD/ PSD e CDS), aprovar.-----

C.10. APROVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – PONTO 6 DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, remetida pelo Executivo Municipal, a proposta de Autorização Genérica para Dispensa de Autorização Prévia da Assembleia Municipal – ponto 6 dos documentos previsionais.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'F. Machado'.

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por maioria (voto contra das bancadas do PPD/PSD e CDS), aprovar.-----

C.11. APROVAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA – PONTO 7 DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, remetida pelo Executivo Municipal, a proposta de Transferências Financeiras para as Juntas de Freguesia – ponto 7 dos documentos previsionais.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por maioria (abstenção das bancadas do PPD/PSD e CDS), aprovar.-----

C.12. APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2021 – PONTO 8 DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, remetida pelo Executivo Municipal, a proposta de Mapa de pessoal para o ano de 2021 – ponto 8 dos documentos previsionais.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por maioria (voto contra das bancadas do PPD/PSD e CDS), aprovar.-----

C.13. ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL E DESIGNAÇÃO DO JÚRI DE RECRUTAMENTO DE CARGO DIRIGENTE (DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA);-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetida pelo executivo camarário, uma proposta para abertura e designação de júri de recrutamento para cargo de dirigente (Divisão de Gestão Financeira).-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por maioria (abstenção das bancadas do PPD/PSD e CDS), aprovar.-----

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Mesa propôs a aprovação em minuta de todos os assuntos submetidos a decisão do órgão, o que foi aprovado por unanimidade, e deu por encerrada a reunião, eram 17h45.-----

Os documentos que servem de suporte às deliberações tomadas encontram-se arquivados digitalmente no sistema de gestão documental IportalDoc, com réplicas no servidor, na partilha Atas, pasta Assembleia Municipal, subpasta Ano 2020.-----



Município de
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Jorge Cardoso Machado

Presidente da Assembleia Municipal

Paulo Jorge Vieira Correia

Assistente Técnico